

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Thiago Pessoa de Melo

**O USO DE REFERÊNCIAS TEÓRICAS PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS EM
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DA UFPE E DA UFRPE**

Artigo apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof^a. Dra. Júlia Figueredo Benzaquen.

RECIFE

2021

Thiago Pessoa de Melo

**O USO DE REFERENCIAS TEÓRICOS PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS EM
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DA UFPE E DA UFRPE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em ____/_____/2021, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, por todos os membros da Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Nota _____

Profª Dra. Júlia Figueredo Benzaquen

Nota _____

Prof. Dr. Fábio Bezerra de Andrade

Nota _____

Prof. Dr. Paulo Afonso Barbosa de Brito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- T422u Melo, Thiago
 O uso de referencias teóricos pós-coloniais e decoloniais em trabalhos de conclusão de curso da UFPE e da UFRPE /
 Thiago Melo. - 2021.
 26 f. : il.
- Orientadora: Julia Figueredo Benzaquen.
 Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em
 Ciências Sociais, Recife, 2021.
1. Colonialidade do saber. 2. Pensamento decolonial. 3. Pós-colonialidade. 4. Revisão bibliográfica . I. Benzaquen,
 Julia Figueredo, orient. II. Título

CDD 300

O USO DE REFERENCIAS TEÓRICOS PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS EM TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DA UFPE E DA UFRPE

1

Resumo

Este artigo teve como objetivo analisar o uso de referenciais teóricos pós-coloniais e decoloniais em trabalhos de conclusão de curso de duas IES de Recife. Tal trabalho dividiu-se em dois eixos analíticos, sendo um dedicado a abordar o pensamento decolonial latino-americano e o conceito de “colonialidade do saber” na perspectiva da rede de pesquisadores modernidade/colonialidade e o outro dedicado a uma pesquisa bibliográfica integrativa que lidou com trabalhos de monografias produzidas nos cursos de graduação da UFPE e UFRPE nos últimos dez anos, nas quais foram usadas pelos/as autores/as referenciais teóricos pós-coloniais e decoloniais. Conclui-se que cada vez mais a temática da colonialidade do saber vem sendo abordada (não apenas em espaços acadêmicos), o que facilita processos de descolonização do saber e a visibilização de temáticas antes não estudadas pela Universidade.

Palavras-chave: Colonialidade do saber; Pensamento decolonial; Pós-colonialidade;

Abstract

This paper aims to analyse the post-colonial and decolonial theoretical reference usages on final paper at two IFES in Recife city. Such paper is split in two analytical paths, being one dedicated to cover decolonial Latin American thought and the the concept of "knowledge of Coloniality" in the Modernity/ Coloniality researchers network perspective, the other cares for integrative bibliography research about monograph paper work written on the undergraduate courses at Federal Universities of Pernambuco on the last 10 years, which were used by authors referred theoretically about Post- Coloniality and Decoloniality. Then, even more the theme of the knowledge of Coloniality is being developed (not just in academic spaces), what

¹ Agradeço a todos e todas que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho, apesar de todas as dificuldades, ter pessoas com quem pude contar em vários momentos fez muita diferença no decorrer dessa etapa da minha vida. E especialmente a Profa. Júlia Benzaquen, minha orientadora, cuja paciência com meus “vacilos” na orientação e o Prof. Paulo Afonso, que orientou essa pesquisa no início e me ajudou ainda na disciplina de TCC1 a achar algum sentido e identificação na escolha de algum tema de pesquisa e pelas dicas metodológicas. Fora a experiência que tive com ele em outras oportunidades, pois também foi meu professor nas disciplinas de Sociologia de Trabalho e Movimentos Sociais no decorrer da graduação, e onde tive a oportunidade de conhecer outros docentes incríveis, especialmente a Profa. Dôra de Antropologia, que pegava no meu pé, mas pude aprender bastante com ela sobre teorias antropológicas, etnografia e comunidades tradicionais! Também ao Prof. Fábio Bezerra, membro da minha banca e que pude encontrá-lo em disciplinas de Ciência Política e que mantenho muita admiração pelo trabalho e pela dedicação à carreira docente. Agradeço também aos amigos e amigas que fiz na turma de 2015.2: Fred, Maurício, Mônica, Lucas Noia, Lucas Luiz, Fábio, Kiara, Elvio, Jannah etc, e além de várias outras pessoas de outras turmas que não vou conseguir nomear mas ficam na recordação. Agradeço também aos ex-discentes do curso Gabriel Brito e Lindinaldo, pessoas e alunos incríveis, que conheci frequentando encontros do grupo de estudo *Curupiras: colonialidade e outras epistemologias* e tive a oportunidade de assistir a defesa ou ler o TCC. Gratidão também a meu primo César Andrade, pela tradução do resumo.

makes easier the Decolonization of knowledge and the visibility themes before not studied by University.

Key words: knowledge of Coloniality; Decolonial thought; Post- Coloniality;

1. Introdução

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada ao longo de um ano para conclusão da graduação no curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE no Período Letivo Excepcional (PLE) realizado em dois semestres remotos em 2020 e início de 2021. Inicialmente a pesquisa se desenvolveria com o objetivo de abordar alguns aspectos do pensamento decolonial que lidasse com a questão do conhecimento, dialogando-o com o pós-colonialismo e buscando suas semelhanças, e o problema da colonialidade do saber na perspectiva teórica do grupo modernidade/colonialidade. Assim como entender como esse debate potencializa as Ciências Sociais pela possibilidade de renová-la epistemologicamente e utopicamente pela descolonização das ciências e do conhecimento, que já era reivindicado desde perspectivas feministas e dentro do grupo modernidade/colonialidade ganha outros contornos. Outro dado relevante é a formação histórica e institucional moderna/colonial (WALLERSTEIN *et al.*, 1996), que impulsionada pela expansão capitalista e cristã iniciada na Europa, teve repercussões diversas sobre o *resto do mundo*, tendo levado a construção de conceitos que chegaram a percepções que recaiam sempre em binarismos, do tipo: bárbaro-civilizado, moderno-atrasado, branco-não branco, como explicou Sérgio Costa (2006).

Com isso em mente, foram feitas algumas leituras sobre o movimento coletivo teórico realizado pelo grupo modernidade/colonialidade sobre questões ligadas a modernidade, desenvolvimento, diferença e ferida colonial, colonialidade e etc. Num primeiro momento foram abordados alguns aspectos do processo de formação do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), um conjunto de pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento que radicalizam o argumento pós-colonial ao pensar e propor questões sobre a realidade da América Latina e quais aspectos inovadores suscitam essa abordagem teórica. Além disso, confronta-se com o trabalho do semiólogo argentino Walter Mignolo.

Na segunda parte do texto, apresentam-se os resultados da pesquisa bibliográfica realizada em torno da leitura e análise da produção científica a nível de Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação produzidos em duas instituições federais de ensino superior pernambucanas, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal

Rural de Pernambuco (UFRPE). Essa pesquisa foi realizada a partir do mapeamento, esquematização e leitura sistemática realizada das monografias encontradas nos sites dos repositórios institucionais de tais instituições (<https://repositorio.ufpe.br/> e <https://www.repository.ufrpe.br/>) a partir das seguintes palavras no campo de busca palavras-chave: “Pós-colonialidade”, “Pós-colonial” e “decolonial”.

Na complexidade de um cenário pandêmico que tem provocado uma crise generalizada em níveis inéditos nos últimos 100 anos, e dentro de um contexto de aumento das adversidades à vida, surgiram desafios no horizonte futuro próximo e que no caso brasileiro se agravaram ainda mais por outros fatores. Importa destacar um desses fatores que é a descredibilização do conhecimento científico, que somado a um descuido proposital com a vida (biopolítica) tem impulsionado a criação de narrativas obscurantistas e “teorias da conspiração”. Em função da ascensão da extrema direita em diversos países, discursos e narrativas negam “consensos” estabelecidos e alcançados por especialistas em suas respectivas áreas e põe em risco a vida de milhares de pessoas.

Nesse contexto de dificuldade, desencadearam-se novas dinâmicas na organização da vida social fazendo emergir novos paradigmas em torno do isolamento e do “novo” convívio social, que colocaram em xeque ideias de uma ordem baseada unicamente na lógica da razão instrumental e econômica, a propósito da crítica à modernidade e de suas consequências negativas. Milhares de vidas perdidas foram transformadas em mera estatística para o controle estatal, o que desencadeou desconfiança sobre nossa capacidade de ressignificação frente aos novos desafios globais e frente às crises constantes desencadeadas por um vírus.

2. Sobre a formação do Grupo Modernidade/Colonialidade: “giro decolonial” latinoamericano e outras questões epistemológicas

Os estudos pós-coloniais são uma perspectiva crítica oriunda dos estudos culturais e literários nos anos 1970 no mundo anglo-saxão, questionando o *ocidental-centrismo* na construção do “Outro” e seus múltiplos efeitos na realidade atual de países ex-colônias. Os/as autores/as dessa “escola de pensamento” analisam os efeitos dessas construções (orientalismo, islamofobia, por exemplo), enquanto diferenciações culturais, serviram e servem aos interesses *colonialistas* ainda hoje, porém de forma ressignificada e mais sutil, a exemplo do racismo.

Essa escola de pensamento foi se transformando e se adaptando aos contextos de aplicação dessa chave de leitura, como no caso de países em África, Ásia e América Latina, cada qual dentro de suas especificidades. Pensando no contexto latino-americano, outras correntes de pensamento, com semelhanças e diferenças em relação à pós-colonialidade,

surtem a partir do diálogo e do encontro interdisciplinar entre diferentes grupos de estudiosos, que buscam redesenhar o sentido dado por leituras hegemônicas das distintas experiências coloniais, seus efeitos e como amenizá-los depois de séculos de explorações, extermínios e epistemicídios,

Uma delas é o pensamento decolonial latino-americano², na sua vertente mais recente cuja principal defesa consiste em um olhar não eurocêntrico e pluriversal da modernidade, relacionando-a com a colonialidade como o seu lado oculto e mais escuro (MIGNOLO, 2011), tendo sido influenciado por correntes de pensamento crítico latino-americanas como a Filosofia e a Teologia da Libertação³, teoria da dependência e também pelos estudos subalternos asiáticos, o feminismo negro norte-americano, o feminismo chicano e a filosofia africana (ESCOBAR, 2003).

Nessa perspectiva, a modernidade passa a ser pensada a partir de suas “margens” e não de maneira universal, como se propunha sua versão europeia. O início da modernidade é ressituaado temporalmente para o ano de 1492, ano da chegada de Colombo às Américas, e não no marco da Revolução Industrial e Francesa, visto como marcos desse processo segundo a literatura histórica clássica. Dussel (2016) prefere falar em *Primeira e Segunda Modernidade*, e traz a América Latina para o centro. Esse processo de expansão do capitalismo e da modernidade resultou na invasão das Américas e extermínio de seus povos, suas culturas e seus saberes, o que tem afetado suas diferentes ancestralidades e expressões até hoje.

A colonialidade representa a continuidade de formas de exploração/dominação/conflito, que mesmo após cessado o domínio político dos países centrais se perpetuaram através de sua reprodução na dimensão cultural. E nesse sentido o grupo modernidade/colonialidade conseguiu avançar estabelecendo relações entre a constituição da modernidade europeia como um processo de imposição violenta de um projeto civilizatório, que se apoiou sempre na ideia de um colonialismo cultural que veio a ser exercido primeiramente pela Igreja e sua expansão para fora do mundo europeu e depois pela ciência moderna e sua razão.

Ainda há muitas dúvidas, mesmo dentro de espaços acadêmicos, quanto à designação e diferenciação de alguns conceitos, tais como a diferença entre estudos pós-coloniais e pensamento decolonial. A teoria pós-colonial é um conjunto de estudos provenientes do mundo europeu anglo-saxão, que “funda-se” com a “tríade francesa” Memmi, Césaire e

² Cujos principais membros são Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Immanuel Wallerstein, Santiago Castro-Gómez, Nelson Maldonado Torres, Ramón Grosfoguel, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Fernando Coronil, Catherine Walsh, Boaventura Santos e Zulma Palermo (BALLESTRIN, 2013).

³ Cujo principal expoente é o filósofo Enrique Dussel, autor de “Philosophy of Liberation” (1977).

Fannon (BALLESTRIN, 2013), além de autores bem referenciado tais como o palestino Edward Said (1935-2003), crítico literário e ativista social e político, autor dos clássicos “Orientalismo” (1978) e “Cultura e Imperialismo” (1993), e a indiana Gayatri C. Spivak⁴, autora do “Pode o subalterno falar?” (1985) e o britânico-jamaicano Stuart Hall⁵, teórico cultural e sociólogo, autor de “A identidade na Pós-modernidade” (1992), também vale a pena fazer referência à obra “O local da cultura” (1994) do indobritânico Homi K. Bhabha, obra central dessa “corrente teórica”. Já o pensamento decolonial é um pensamento que tem sua origem fora do mundo acadêmico, pois assim como afirma Alexandro de Jesus, o mesmo diz respeito a toda experiência que se contrapôs à experiência colonial desde seu começo.

Um outro exemplo é um certo engano que se estabelece na distinção entre termos com grafias semelhantes, tais como descolonial e decolonial, pois não há um consenso em relação ao seu uso na tradução para Português e Espanhol. Ainda que tal diferenciação não pareça importante, interfere no entendimento e no sentido que demarca um posicionamento sobretudo político. Ambas as formas se referem à dissolução de estruturas de exploração e dominação configuradas pela colonialidade e à pretensão de dismantelar seus múltiplos dispositivos (QUINTERO, 2019). Segundo Catherine Walsh⁶, não se trata apenas de um anglicismo, pois o sentido do termo “des” em castelhano implica uma demarcação associada ao modernidade/colonialidade, segundo ela:

Suprimir la “s” y nombrar “decolonial” no es promover un anglicismo. Por el contrario, es marcar una distinción con el significado en castellano del “des”. No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento –una postura y actitud continua– de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas.”⁷ (WALSH, 2009)

⁴ Gayatri Chakravorty Spivak é uma crítica e teórica indiana, mais conhecida por seu artigo "Can the Subaltern Speak?" considerado um marco do pós-colonialismo, além de ser tradutora do trabalho de Jacques Derrida.

⁵ Influente sociólogo e teórico cultural, nascido em fevereiro de 1992, atuou no Reino Unido e teve papel importante nos Estudos Culturais, tornando-se o primeiro investigador do Centro para Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, fundado em 1964, do qual foi diretor entre 1968 e 1979.

⁶ Catherine Walsh é doutora em linguística e professora titular e diretora do doutorado em Estudos Culturais Latino americanos e coordenadora do Taller Intercultural da Universidade Andina Simón Bolívar no Equador.

⁷ Excluir o "s" e nomear "decolonial" não está promovendo um anglicismo. Pelo contrário, é para marcar uma distinção com o significado em espanhol do “des”. Não pretendemos simplesmente desarmar, desfazer ou reverter o colonial; ou seja, passar de um momento colonial a um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e traços deixassem de existir. Em vez disso, a intenção é apontar e provocar um posicionamento - uma postura e atitude contínuas - de transgredir, intervir, surgir e influenciar. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínua em que podemos identificar, tornar visíveis e favorecer “lugares” de exterioridade e construções alternativas” [citação traduzida pelo Google tradutor].

O programa Modernidade/Colonialidade (M/C), definido pelo antropólogo colombiano Arturo Escobar, um dos principais expoentes do grupo, como “projeto latino/latino-americano modernidade/colonialidade” (ESCOBAR, 2003) representa uma maneira diferente de pensamento na contramão das metanarrativas modernistas (cristianismo, liberalismo e marxismo), pois formado no final dos anos 1990 a partir de alguns encontros que foram realizados em universidades da América do Sul e do Norte (CASTRO-GÓMEZ & GROSFÓGUEL, 2007). O grupo radicaliza o argumento pós-colonial na América Latina ao fazer uma releitura crítica da modernidade a partir de deslocamentos daquilo que entendemos no sentido mais convencional. O grupo promove uma renovação epistemológica e utópica (BALLESTRIN, 2013).

Tendo várias influências na conformação de seu pensamento, os membros do grupo Modernidade/Colonialidade radicalizam o pós-colonialismo a partir do olhar de um “posicionamento periférico” no sistema-mundo moderno-colonial na qual se encontra a América Latina. O grupo defende a opção decolonial, epistêmica e política, que compreende trazer à tona experiências e conhecimentos outros, que contribuam para promoção de um “pensamento outro” como propõe Mignolo (2017) ou um “giro decolonial”, termo cunhado pelo filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado Torres (2007). São relevantes as reflexões teóricas desenvolvidas pelo projeto modernidade/colonialidade em torno do tema da colonialidade do poder, do ser, do saber na qual reside o foco dessa pesquisa e que posteriormente apoiou a leitura e as análises das monografias encontradas.

3. É possível decolonizar o conhecimento? A colonialidade do saber e a geopolítica do conhecimento

A intenção desta parte do texto é fazer uma reflexão crítica e epistemológica que esteja consciente da necessidade de renovação, não apenas conceitual, das ciências sociais e também sobre algumas questões relacionadas à epistemologia decolonial. A perspectiva decolonial leva em conta a hierarquia entre o Norte e o Sul global no sistema-mundo moderno colonial que incide na divisão do trabalho intelectual e acadêmico e nos processos de produção de conhecimento engajados no reconhecimento de uma geopolítica do conhecimento que permita pensar como o conhecimento ocidental arrogou-se uma posição universalista e de superioridade epistêmica que veio a subalternizar outros “saberes” por serem locais e dessa forma considerados não conhecimento.

O “giro decolonial” busca formas de superar o problema da colonialidade do saber, conceito proposto por autores decoloniais e que está diretamente associada à “diferença

colonial e a geopolítica do conhecimento” (MIGNOLO, 2002 *apud* BALLESTRIN, 2013). Conforme explica Aníbal Quijano (2005 *apud* BALLESTRIN, 2013; 1992) tais diferenças epistêmicas foram criadas a partir de relações de poder estabelecidas no processo de elaboração intelectual da modernidade que se impôs como colonialismo cultural pela produção de um conhecimento baseado num padrão mundial de poder: capitalista, colonial/moderno e eurocêntrico e que se estabeleceu a partir da América. O que impossibilitou o reconhecimento de uma diversidade de conhecimentos e da pluriversalidade epistêmica existente desde os povos originários, que tiveram suas culturas dizimadas e o apagamento de sua história e extermínio.

Em 1990 patrocinados por uma fundação de Lisboa constitui-se um grupo de intelectuais, das ciências naturais e humanas, liderados pelo norte-americano Immanuel Wallerstein que a partir de algumas reflexões culminou na elaboração de um documento final intitulado “Para abrir as Ciências Sociais”. O relatório da *Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das Ciências Sociais* foi publicado em 1996, partia da ideia de que as Ciências Sociais constituíram um empreendimento do mundo moderno, decorrendo daí algumas implicações. Eles afirmam que mesmo tendo sido herdeira de um conjunto de sabedorias orais que foram fruto de processos de recolha indutiva, as Ciências Sociais buscaram se afastar desse legado ao reivindicar sua constituição para além desses saberes, constituídos ao longo de muito tempo, pretendendo desse modo “desenvolver um saber sistemático e secular acerca da realidade, que de algum modo possa ser empiricamente testado” (1996, p. 16).

Para eles, a visão clássica da ciência se construiu a partir do modelo newtoniano e dos dualismos cartesianos. O primeiro estabelecia uma simetria entre o passado e o futuro, subjacente a uma visão quase teológica, e o segundo criou uma distinção fundamental entre natureza e seres humanos, matéria/mente e mundo físico/mundo social (e espiritual). O que transformou a ciência num campo de conhecimento estritamente focado na busca de leis universais da natureza, cuja concepção de verdade independia dos pressupostos de espaço e de tempo, pois se manteriam como verdades eternas e imutáveis. E, além disso, deixando de fora, o divino, a retórica, a lógica, a política, a Metafísica e a gramática.

Já há muito tempo, tanto na América Latina como em outras partes do mundo, o campo das Ciências Sociais constituiu-se como parte das tendências neoliberais, imperialistas e globalizantes do capitalismo e da modernidade a colonialidade do saber determina os modos de produção, reprodução e circulação de conhecimento a partir da lógica da colonialidade que

cria uma hierarquia entre o científico enquanto saber universal e os demais saberes, tidos como locais, são inferiorizados e percebidos como *não-saberes*. Catherine Walsh (2007) reflete sobre a possibilidade de construção de “unas ciencias sociales-culturales otras” a partir da descolonização do conhecimento, que venham a refutar pressupostos epistemológicos que localizam a produção de conhecimento válido unicamente na academia e dentro do paradigmas e dos cânones estabelecidos pelo cientificismo ocidental ao longo de séculos.

4. A invenção da América Latina: uma aproximação com alguns conceitos da obra de Mignolo

Aqui buscamos dialogar alguns conceitos do membro fundador do grupo Walter Mignolo que é um semiólogo argentino, professor de literatura da Universidade do Duke nos EUA e um dos fundadores do Grupo Modernidade/Colonialidade juntamente com o sociólogo peruano Aníbal Quijano. Sua obra é um convite ao exercício à expansão de nossa imaginação e desconstrução de essencialismos não declarados sobre a formação histórica.

Em “La idea of Latin America”, Mignolo (2007) fala sobre como a América nunca foi um continente à espera de ser descoberto, mas sempre esteve lá sendo habitada por civilizações complexas como os Astecas e os Maias em seus territórios, Anahuac e Tawantinsuyu respectivamente, onde viveram os povos originários que não imaginavam a dimensão daquilo que viria a ser o que inicialmente ficou conhecido como Índias Ocidentais e mais adiante América. Essa parte do mundo foi acoplada ao imaginário cartográfico Europeu/cristão, ao ser invadido, portanto, a ideia de América enquanto um mundo novo só faz sentido para os Europeus, diria Mignolo.

Ao pensarmos em “América” e “América Latina” devemos ter o cuidado de ter em mente que estamos lidando com um conceito abstrato, construído e elaborado artificialmente e historicamente (MIGNOLO, 2007). Entender a centralidade desse *constructo* como marco fundante de um projeto de aniquilação cultural, homogeneização e extermínio de boa parte de toda diversidade étnica do continente sul-americano. Inexistente nos mapas e nas cartografias até o ano de 1498, ao ser “descoberta” e “conquistada”, a América. A dominação territorial a princípio dos portugueses e espanhóis, foi o lugar onde o uso de violência brutal sem precedentes históricos, silenciamentos e epistemicídios foram cruciais e ocorreram inicialmente sob a égide da expansão cristã/ocidental.

A novidade do continente americano estabeleceu um novo padrão de poder e uma reorganização das dinâmicas geopolíticas do sistema-mundo moderno/colonial (WALLERSTEIN & QUIJANO, 1992), estabelecendo assimetrias entre o “velho” e o “novo

mundo”. A Europa enquanto marco de um projeto civilizatório apoiado numa cosmovisão de mundo, baseada nas ideias de capitalismo, Estado, mercado e sociedade burguesa contribuíram para reforçar elementos coloniais (cf. MIGNOLO, 2005).

A partir de uma perspectiva marcada pela diferença colonial, e pela alteridade, no sentido antropológico, podemos pensar em como o “surgimento”/a invenção desse “Novo Mundo”, no século XVI, enquanto fruto da expansão comercial europeia, como fatores cruciais para entendermos como esse encontro deixou feridas e marcas (MIGNOLO, 2005: 11).

Neste sentido, portanto, a Abya Yala, terminação indígena para o que corresponde a América Latina, em sua diversidade e riqueza cultural, de línguas, ontologias e cosmovisões, foi sendo reduzida, aos poucos, à lógica do desenvolvimento e do progresso subjacentes aos ideais filosóficos da modernidade. De acordo com Santiago Castro-Gómez⁸, filósofo colombiano, numa entrevista ao IHU (Instituto Humanitas Unisinos) em 2014, essa diversidade foi exterminada e homogeneizada a um “espaço de unidade cultural contínua e unívoca”.

A diferença colonial reproduz diversas exclusões, que a partir de relações de dominação, por meio da colonialidade, perduram historicamente em diferentes âmbitos da vida. A denominação “latina” se refere aos países falantes da língua espanhol ou português, tal termo corresponde a um marcador de identidade, que violentamente cria diferenças e separações, e atinge também em níveis mais sutis nossa subjetividade e nossas formas de conhecer o mundo.

A emergência da modernidade constitui, em si mesma, uma construção radical da diferença que alteriza como “Novo Mundo” o que hoje é a América. Neste sentido, a América Latina é e pode se constituir num espaço de posicionamento epistêmico, ou em um espaço cuja posição epistemológica está marcada pelas disputas em torno à constituição da outridade, as quais, por sua vez, consistem em uma experiência de dominação dentro do moderno sistema mundo.

A genealogia do pensamento social crítico latino-americano remonta a autores como Simon Bolívar, Guaman Poma de Ayala, José Carlos Mariátegui, Paulo Freire entre outros. Ao longo do século XX, diferentes formas de pensamento crítico (e progressistas) buscaram realizar leituras da situação social, econômica, política e cultural da América Latina, nas quais podemos destacar a teoria da dependência, a teologia e a filosofia da libertação, e a

⁸ É um filósofo colombiano, que leciona na Pontificia Universidad Javeriana e dirige o Instituto Pensar em Bogotá.

pesquisa-ação participativa desenvolvida pelo sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (MORAES, 2013).

O que a "tese da invenção" realmente fez após sua articulação, no entanto, foi algo totalmente não intencional: ela ofereceu uma afirmação epistêmica de algo que, meio século depois, o sociólogo peruano Aníbal Quijano e o sociólogo americano Immanuel Wallerstein identificariam como "americanidade" (QUIJANO e WALLERSTEIN, 1992). No próximo tópico abordaremos, a partir de uma revisão bibliográfica, como trabalhos de monografias da UFPE e da UFRPE mobilizam a teoria pós-colonial e o pensamento decolonial para "compreender" como que fenômenos sociais e problemas ligados a violência, a moda, a literatura pós-colonial, ao feminismo, ao gênero, ao desenvolvimento e ao trabalho e etc suscitam. A partir desse debate pretende-se expandir as fronteiras do conhecimento pensando-o, e aí é onde o conceito de colonialidade do saber é fundamento, para além de conceitos referenciados e representados em binarismos e eurocentrismos tão impregnados no vocabulário das Ciências Sociais brasileiras.

5. Um horizonte decolonial e pós-colonial? Alguns aportes sobre a decolonização do saber em trabalhos de monografia

Nessa parte do presente artigo, objetivamos apresentar os resultados da pesquisa acerca da perspectiva decolonial latino-americana nos trabalhos de conclusão de curso da UFPE e da UFRPE. O diálogo proposto firma-se nas reflexões da rede de pesquisadores modernidade/colonialidade, confrontado com o problema da colonialidade do saber.

A metodologia escolhida foi a revisão integrativa de literatura, que é um método que tem como objetivo sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. Denomina-se dessa forma pois fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo, assim, um corpo de conhecimento. Deste modo, o pesquisador pode elaborar uma revisão integrativa com diferentes fins, podendo direcioná-la para a definição de conceitos, revisão de teorias ou análise metodológica dos estudos incluídos de um tópico particular (ERCOLE *et al.*, 2014).

Como foi dito na introdução do artigo o método adotado foi de buscas nos repositórios institucionais de cada IES de trabalhos de monografias encontrados a partir das palavras-chave "pós-colonialidade", "pós-colonial", "decolonialidade" e "decolonial". A partir dessa primeira busca, os dados encontrados foram divididos em ano de publicação, título da monografia, instituição de ensino, curso, palavras-chave. Como recorte temporal,

foram selecionados os últimos 10 (dez) anos, tendo em vista a recente chegada das teorias pós-coloniais nas universidades pernambucanas . Chegamos ao total de 13 (treze) monografias conforme a tabela abaixo. Importa afirmar que estamos cientes, que muitos outros trabalhos com essa temática podem ter sido desenvolvidos, mas pelo nosso critério de buscas, no banco de dados que utilizamos essas foram as encontradas:

Ano	Título	Curso	IES	Palavras-chave
2018	Reflexões ideológicas coloniais e pós-coloniais em contraponto com o feminismo	LIC. LETRAS	UFRPE (UAST)	Colonialismo; Feminismo; Literatura Africana (Português)
2019	Templo de muitos deuses: estratégias de sobrevivência feminina ao colonialismo e patriarcado	LIC. LETRAS	UFRPE (UAST)	Pós-colonialismo na literatura;Patriarcado;Mulheres na literatura
2019	Uma busca pela identidade em à Sombra do Oká de Olinda Beja	LIC. LETRAS	UFRPE (UAST)	Pós-colonialismo;Literatura portuguesa
2019	Rumo à Ilha Esmeralda: a nova onda migratória do Brasil	C. SOCIAIS	UFRPE	Crises Migrantes; Mobilidade; Fronteiras; Emancipação
2019	"O eurocentrismo e os desafios à efetivação da Lei 10.639/03 no âmbito escolar"	LIC. HISTÓRIA	UFRPE	História; África; Ensino; Colonialidade do poder; Eurocentrismo
2019	Uma caravela aporta no canavial? O “novo” desenvolvimentismo na zona da mata norte de Pernambuco à luz das teorias decoloniais	C. SOCIAIS	UFRPE	Goiana (PE) – Aspectos sociais;Goiana (PE) – Aspectos econômicos;Industrialização;D esenvolvimento econômico –Zona da Mata (PE : Mesorregião)
2019	A decolonialidade negra frente às crises das democracias na América Latina	DIREITO	UFPE	Colonização; Teoria do Estado; Racismo; Democracia
2019	A inconstitucionalidade dos mandados de busca e apreensão coletivos	DIREITO	UFPE	Direito constitucional; Processo penal; Mandado de busca e apreensão

2019	Sobre Corpos Elimináveis: Violência como controle social a partir da necropolítica	DIREITO	UFPE	Biopolítica; Filosofia do Direito; Direitos humanos
2019	Análise comparada da tutela constitucional dos índios na Constituição Federal de 1988 e dos povos originários campesinos na Constituição boliviana de 2009	DIREITO	UFPE	Direito Constitucional- Brasil; Direito comparado; Direito Constitucional- Bolívia
2019	A lei de 1831 e os caminhos da liberdade através do judiciário no século XIX	DIREITO	UFPE	Lei de 1831; Abolição do tráfico; História do direito; Escravidão
2017	A responsabilização internacional do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo crime de genocídio praticado contra a população negra brasileira.	DIREITO	UFPE	Genocídio; População Negra; Corte Interamericana de Direitos Humanos; Responsabilização Internacional; Racismo;
2018	O feminismo tá na moda: uma apropriação do movimento feminista na revista Elle Brasil.	DESIGN	UFPE (CAA)	Feminismo; Periódico brasileiro para mulheres; Comunicação de massa e mulheres; Identidade (Psicologia) e comunicação de massa; Moda

No âmbito da produção científica da UFRPE localizaram-se seis trabalhos de monografias, sendo três deles referentes aos cursos da sede, que fica em Recife, e três da Unidade Acadêmica de Serra Talhada. Duas são do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, uma de Licenciatura em História e as outras três da Licenciatura em Letras da UAST. Já no caso da UFPE, chegamos a sete monografias, a maioria delas do curso de Direito em Recife e uma produzida no curso de Design no Centro Acadêmico do Agreste (CAA-Caruaru). Outro dado importante a ser destacado é o ano de publicação desses trabalhos, não foram achados trabalhos entre os anos de 2011 a 2016, entre 2017 e 2018 foram três monografias e em 2019 a produção ganha fôlego com dez monografias, cinco em cada instituição.

Das seis monografias da UFRPE que foram lidas, duas delas chamaram mais atenção por serem do curso de Ciências Sociais, o trabalho “*Uma caravela aporta no canavial? [...]*”

(2019) lança um olhar sobre o recente processo de industrialização na região da Zona da Mata Norte pernambucana a partir da perspectiva decolonial, e para isso recorre a conceitos de Aníbal Quijano para pensar sobre desenvolvimento. O trabalho também cita a obra de Celso Furtado, um dos pioneiros a refletir sobre as especificidades do desenvolvimento na região Nordeste do país. O conceito de desenvolvimento impôs-se à realidade latino-americana como um modelo hegemônico do Norte o que colocou o continente latino-americano num lugar subalterno e “periférico” na economia capitalista moderna.

O trabalho mencionado ressalta que com a chegada de um denso complexo industrial na cidade de Goiana, constitui-se o Polo Goiana⁹ numa região marcada tradicionalmente pelo cultivo e pela produção de cana de açúcar, onde as relações sociais e econômicas reconfiguraram-se em consequência da recente industrialização nesta região com setores automobilístico, farmacológico e vidreiro, tendo destaque a instalação da montadora da Fiat. Conforme a leitura da autora, essa política industrial resulta de incentivos da “nova” política de desenvolvimento, baseada num conjunto de medidas pensadas no governo Lula, nos anos 2000. O “novo” desenvolvimentismo propõe-se a reconciliar estratégias de promoção de desenvolvimento econômico aliadas a políticas de redistribuição de renda e bem-estar social, porém na prática acaba não rompendo com as antigas formas de proteção aos interesses das elites locais e internacionais. Conclui-se que apesar de tentar representar o “novo”, essas novas ideias desenvolvimentistas, que configuraram o Novo Desenvolvimento Brasileiro (NDB), reproduz-se na perspectiva do mercado capitalista hegemônico, que desconsidera as especificidades locais, que visa superar um crescimento lento e alcançar os padrões de vida de países desenvolvidos.

Já o trabalho intitulado *“Rumo a Ilha Esmeralda: a nova onda migratória do Brasil”* (2019) discute a questão migratória, um assunto que anda em bastante evidência pelas crises dos refugiados na Europa e nos Estados Unidos, mas que pensado a partir da realidade brasileira incide principalmente na busca por maior emancipação social e ascensão de vida, gerada pelo aumento da falta de oportunidades não apenas no sentido da empregabilidade mas também de fatores de outras ordens. O colapso econômico impulsionado pela falta de oportunidade e da perda da qualidade de vida é contornado por alguns indivíduos pela via empreendedora ou até mesmo pela informalidade, mas que não configura uma saída universal e acarreta no aumento do desalento na juventude. Dentro desse espectro, uma nova onda migratória é analisada à luz da teoria do pensamento pós-abissal do sociólogo português

⁹ Constituído por 19 municípios, entre eles, Igarassu, Paulista, Abreu e Lima, Ilha de Itamaracá, Condado, Araçoiaba, Itapissuma, Itambé e etc.

Boaventura de Sousa Santos e a teoria do capital de rede de John Urry e Anthony Elliot associada aos paradigmas de mobilidade do sociólogo Vincent Kaufmann.

Realizado no curso de Licenciatura em História, o trabalho de monografia "*O eurocentrismo e os desafios à efetivação da Lei 10.639/03 no âmbito escolar*" (2019) aborda as questões que envolvem a efetivação da lei 10.639/03, que obriga o ensino de História e Cultura da África e afro-brasileira nas escolas do país e tem o intuito de reconhecer e valorizar a História e Culturas Africanas dos afrodescendentes e de sua diversidade cultural. Reconhece a importância de se compreender a preservação da memória e identidade dos negros que venha a pensar a África e seu passado numa outra perspectiva. O problema da efetivação desta lei passa pela necessária reformulação do currículo escolar, já que este continua a privilegiar a história europeia, pensando o que é história africana apenas como apêndice da anterior e relevante apenas na medida em que se relaciona mais intimamente com a narrativa da Europa. Essa continuidade de perspectiva é lida pela autora como uma permanência de colonialidade cultural, sendo a decolonialidade uma possibilidade de ruptura, que faz urgente descolonizar os currículos que ainda reforçam concepções etnocêntricas e evolucionistas.

Dentro de uma perspectiva mais preocupada com os efeitos da colonização na dimensão lingüística, três monografias, ambas do campus da UAST da UFRPE, trabalham questões relacionadas ao Pós-colonialismo, feminismo, colonialismo, patriarcado, literatura africana e diaspórica, mulheres na literatura e etc. A primeira delas, *Reflexões ideológicas coloniais e pós-coloniais em contraponto com o feminismo* (2018) apresenta uma revisão histórica da questão do colonialismo a partir da análise do termo "pós" de pós-colonial/pós-moderno pensa a inserção de alguns ideias do movimento feminista no contexto de mudança na sociedade moderna marcada por características patriarcais, percorrendo ideias da socióloga portuguesa Sofia Aboim e do sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall. *Uma busca pela identidade em à Sombra do Oká de Olinda Beja* (2019) chama atenção por analisar uma obra literária de uma escritora lusófona pouco conhecida no Brasil e provavelmente no mundo, Olinda Beja¹⁰. Este livro levou uma década para ser escrito por completo e trata-se de um retrato em poemas do lugar de origem da autora no qual foi afastada aos 3 anos, a cidade de Guadalupe em São Tomé e Príncipe. Para a qual retornará,

¹⁰ Nasceu em São Tomé e Príncipe no dia 8 de dezembro de 1946. Em Portugal, estudou e obteve o Diploma Superior dos Altos Estudos Franceses da Alliance Française e, mais tarde, a Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês), pela Universidade do Porto. Fez ainda o Curso de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa (LALP) pela Universidade Aberta. Na Suíça, onde foi professora durante dez anos, fez outros cursos inerentes à sua profissão docente e literária. < Acessado em http://www.cecs.uminho.pt/wp-content/uploads/2018/02/Olinda-Beja_nota-biografica.pdf>

após estudar em francês e português em Portugal e lecionar durante dez anos na Suíça. Ao voltar, aos 37 anos, redescobriu sua terra natal cujas obras foram totalmente dedicadas a ela, o título desse livro remete a um tipo de árvore centenária e emblemática na ilha santomense, retirando do sono uma história apagada que por se localizar tão remotamente acabou sendo ignorada por muitos anos. A monografia aborda como Beja constrói o seu Eu-lírico voltado pra sua terra Natal e o resgate da identidade no livro de poemas intitulado *À Sombra do Oká*, no qual se relacionam questões voltadas ao colonialismo, a literatura, a diáspora, as histórias de vida pós-coloniais, a “cultura insular” e ao silenciamento das línguas crioulas, além da possibilidade de pensarmos aspectos políticos presentes no “Novo Acordo Ortográfico” e a presença atual do Brasil em África.

Já em *Templo de muitos deuses: estratégias de sobrevivência feminina ao colonialismo e patriarcado* a autora analisa a partir das vivências das protagonistas na obra *O Alegre Canto da Perdiz*, de Paulina Chiziane, a visão de três gerações de mulheres que estiveram: antes da colonização (Serafina), durante (Delfina) e depois (Maria das Dores), que são avó-mãe-filha. A autora se guia pela teoria pós-colonial para falar sobre feminismo e questões de gênero e analisar a trajetória de três mulheres, que viveram suas vidas, cada uma em suas especificidades, de forma bastante sofrida, tanto por aspectos coloniais como na também pela resistência ao patriarcado, tendo sido uma dela estuprada pelo próprio marido.

A monografia “*Sobre Corpos Elimináveis: Violência como controle social a partir da necropolítica*” (2019) trabalha o conceito de “necropolítica” do filósofo camaronês Achille Mbembe e busca dialogar com a teoria do estado de exceção do filósofo italiano Giorgio Agamben para pensar questões em torno da violência e do controle da ordem social. O uso da violência para o controle social na contemporaneidade, que se materializa através de formas sofisticadas amparadas em dispositivos jurídicos-estatais. Tal conceito expande a ideia de biopolítica do filósofo francês Michel Foucault e destaca-se pela potencialidade ao revelar sequelas deixadas pelo processo de colonização, historicamente marcado fortemente pela segregação social e racial. A biopolítica e a necropolítica justificam, sob a necessidade de segurança da população, a violência exercida sobre um outro identificado como ameaça, e portanto, uma ofensa à vida da maioria que decorre uma reação que visa sua eliminação e o extermínio desses corpos. Nesse sentido, na conclusão afirma que:

Tomando como base a reflexão mbembeana, por meio da fragmentação, diferenciação entre grupos e raças, autoriza-se um tratamento díspar que permite decidir quem deve morrer e quem deve viver. Logo, define-se que vidas devem ser protegidas e que vidas serão expostas à morte; quais corpos fazem parte do escopo

social, quais corpos são elimináveis. A política neoliberal, portanto, seleciona aquele corpo suscetível à subordinação. (ALCÂNTARA, 2019: 39)

Aqui é a própria noção de humanidade que está em jogo, pois esta não se limita a uma distinção biológica estando no cerne da política contemporânea, que sob a lógica de gestão da vida faz com que esse extermínio seja um fator que não afete a ordem social. O diálogo entre Foucault, Mbembe e Agamben interliga os conceitos de biopoder, necropolítica e vida nua mostrando como a ação do Estado constitui-se dentro de uma política de morte marcada sobretudo pela racialização.

Em direção bastante parecida, porém dentro de uma reflexão mais jurídica e menos filosófica, “*A inconstitucionalidade dos mandados de busca e apreensão coletivos*” (2019) aborda que diante da incapacidade do Estado de resolver o problema da fragmentação e diferenciação entre grupos e raças, torna-se um instrumento de reprodução das estruturas de dominação, de controle e repressão da vida negra. Essas estruturas são herdeiras de métodos do período colonial, uso da violência, pelo racismo e pelo controle da subjetividade. Mesmo no pós-abolição, os negros foram relegados a uma posição social periférica e subalternizada e aparato repressivo mais sofisticado para controle dessas circunstâncias, o direito penal de exceção e o inimigo penal. A análise feita da inconstitucionalidade dos mandados de busca e apreensão coletivos parte do princípio de que tais mandados expedidos de forma genérica ferem diversos direitos fundamentais expressos no art. 5 da Constituição Federal (1988), como a inviolabilidade do domicílio, a dignidade da pessoa humana e pela violabilidade do art. 241 do Código de Processo Penal.

O autor observa a trajetória do Direito Penal no Brasil, analisa o decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, que instituiu o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, onde iniciou-se a tipificação de crimes com o intuito de aumentar o aprisionamento de pessoas negras. Práticas culturais negras, como a capoeira, foram criminalizadas no intuito de legitimar condutas violentas e discriminatórias. Miséria e pobreza foram substantivos anexados ao imaginário social do que era “ser negro” na perceptiva de também imputar suspeição sobre esses sujeitos, transformando-os assim em clientes do Direito Penal brasileiro. Enquanto continuidade histórica, o genocídio do povo é mais uma das formas de marginalização desse conjunto de pessoas e se liga intimamente ao encarceramento em massa, realidade estudada pelo sociólogo francês Loïc Wacquant (2009). As invasões de domicílios em comunidades negras e pobres do Rio de Janeiro nas ditas intervenções federais nas

“operações de pacificação”, sob a justificativa de combate às drogas, é mais uma evidência do caráter racista e classista do Estado brasileiro e seus dispositivos jurídicos.

Em “*O feminismo tá na moda: uma apropriação do movimento feminista na revista Elle Brasil*” (2018) aparece como o sentido da luta feminista por igualdade foi distorcido e apropriado na representação de alguns de seus ideias de luta enquanto movimento político, num exemplar de uma revista de moda (Elle Brasil¹¹), o “*feminismo estilo magazine*” fez surgir um certo “modismo” que fez com que as empresas passassem por processos de reformulações internas, “reciclando” sua linguagem publicitária, buscando produzir campanhas com perspectivas mais integradoras e verdadeiras. Com vista a atender este novo público-alvo, mais preocupado com questões antes invisibilizadas, criaram-se produtos e serviços a partir de uma nova abordagem ao pensar a moda e o feminino (e o feminismo). A análise da edição nº 332 da Revista Elle Brasil teve por objetivo identificar quais estratégias de linguagem foram aplicadas na construção desse exemplar pela análise do discurso, fotográfica e semiótica. Conclui-se que a revista Elle falhou ao abordar temas caros ao movimento feminista, o que gerou contradições nas interpretações, pois a libertação dos padrões corporais modernos e coloniais foi apresentada em capas com modelos super magras e frases de efeito, demonstrando a contradição da editorial. Além disso, não chega a ser citado diretamente a palavra “feminismo” ao longo das matérias desse exemplar.



Capa C dez./2015; capa D dez./2015

¹¹ Fundada em Paris, em 1945, por Pierre Lazareff e sua esposa Hélène Gordon, é considerada a maior publicação de moda de luxo no mundo, estando presente em mais de 45 países (BORGES, 2020).

Também chamou atenção a leitura e análise da monografia “*Análise comparada da tutela constitucional dos índios na Constituição Federal de 1988 e dos povos originários campestres na Constituição boliviana de 2009*” (2019), onde realizou-se um estudo de direito comparado no tocante a tutela constitucional dada aos indígenas e aos povos originários campestres nas constituições do Brasil (1988) e da Bolívia (2009). Apresentam-se as nuances de cada caso da constituinte na Bolívia marcado por um forte movimento cultural. Diversas lutas e resistências se deram por mais inclusão e participação popular e muitos conflitos e embates ocorreram até que se chegasse a um texto final.

Desse modo, a Constituição da Bolívia de 2009 inaugurou um processo de transição jurídica em que o Estado tem responsabilidade na legitimação e reconhecimento de justiças originárias indígenas em oposição ao ideal eurocêntrico e colonizador do “monismo jurídico” (*Op. cit.*, p. 30). O Tribunal Plurinacional Constitucional Boliviano representa esse esforço de promover um pluralismo político mais igualitário, e que abarque as “cosmovisões indígenas”. Nesse espectro, percebe-se que houve uma proteção mais densa no caso do modelo boliviano, apesar de que a Constituição do Brasil de 1988 dedicou um capítulo específico para representar avanços significativos, ainda necessita de uma maior efetivação, principalmente em relação à demarcação de terras.

As atuais democracias na América Latina ainda sofrem influência do colonialismo, muitos países deste continente passaram por crises democráticas no início do século XXI reverberadas pela falta de pertencimento nacional e de representação. A monografia “*A decolonialidade negra frente às crises das democracias na América Latina*” (2009) analisa como um legado comum do colonialismo sobre esses países e como o ideal democrático de participação de todos na construção da Nação não se efetiva pois tais sociedades se estruturam por uma divisão racial da população que exclui grupos subalternos dos espaços de poder. Assim, a autora afirma a necessidade de romper com essa lógica de exclusão e subalternização, demonstrando o racismo como um limitador da efetivação dessas democracias e propõe a possibilidade de romper com as heranças coloniais ao estruturar uma sociedade considerando a subjetividade de cada um dos seus membros.

As outras duas monografias referem-se a responsabilização internacional do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo crime de genocídio praticado contra a população negra brasileira e a análise da lei 1831, a lei feijó, “lei pra inglês ver” e o contexto jurídico e político em que se deram as lutas por libertação mesmo no pós-abolição teve sua efetivação através de pressões externas.

A partir do analisado, percebe-se que a concentração dessas pesquisas se deu nos cursos de Direito, História, Ciências Sociais e Letras. Verifica-se a amplitude dos temas abordados, no âmbito da UFRPE uma quantidade maior de trabalhos desenvolverem aproximação teórica com os “estudos pós-coloniais” e apenas duas monografias usaram pensamento decolonial, tendo partido das contribuições do sociólogo Aníbal Quijano. Tendo centralizado no conceito de “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2005) enquanto uma chave interpretativa importante para pensar aspectos de reprodução de um padrão de poder mundial na política industrial implementada em um município do Estado de Pernambuco (SILVA, 2019), que não corresponde a um desenvolvimento e uma distribuição de renda que beneficia diretamente um conjunto de cidades circunvizinhas, que sofrem os efeitos da segregação econômica e política que não condiz com os ideais de progresso da modernidade. Em outro caso, ele foi abordado para tentar compreender como o eurocentrismo se constitui em um obstáculo à implementação de uma lei (FONSECA, 2019), que obriga o ensino de História e Cultura da África e afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio. A descolonização dos saberes pretende romper epistemologicamente com o conhecimento fabricado geopoliticamente e imposto pela “modernidade” em sua autodefinição enquanto tal. Dessa maneira observa-se nesses trabalhos um olhar que buscou a partir da realidade do Sul lidar com questões que envolvem variados problemas que tem relação direta com a colonialidade que se reproduzem em diversos âmbitos socioculturais como vimos nesses trabalhos.

A realização de pesquisas pela óptica dos estudos pós-coloniais e decoloniais abre horizontes para que se lance um olhar diferente sobre problemáticas socioantropológicas emergentes a partir de relações de poder (semiótica etc), permeadas por múltiplas colonialidades. Vale ressaltar que não se trata de uma rejeição total aos frutos e realizações positivas da modernidade ou de um pensamento anti-moderno e anti-desenvolvimentista, mas que o “progresso” do país se dê levando em conta uma pluriversalidade de modos de existir sem excluir a alteridades e as diferentes cosmologias, e tendo como pano de fundo uma “ciência decolonial”, que pense outras formas de (des)envolvimento com a natureza, de forma mais igualitária e socialmente e ambientalmente responsáveis.

6. Considerações Finais

A partir do que foi observado e analisado, chegamos a algumas conclusões, que merecem destaque. Apesar de já haver um número significativo de trabalhos de monografia que aborda a decolonialidade e a pós-colonialidade confrontando-as com diferentes

perspectivas e problemas, ainda é necessário mais estímulos à realização de pesquisas com esses enfoques recém chegados às IES Federais analisadas, e que podem se expandir tirando da “marginalidade acadêmica” enfoques preocupados com a atualidade da ferida colonial, como diz o Alex. Observa-se, ao estudar esses enfoques que chegaram recentemente ao Brasil, que uma das consequências negativas da geopolítica do conhecimento é impedir que o pensamento se gere a partir de outras fontes que não as vindas e “elegidas” e “canonizadas” pelo centro, e de corpos subalternos silenciados ao longo de nossa história, ou que são incluídos nos debates, ou em diálogo de saberes (ecologia como defende Boaventura de Souza Santos) de forma complementar e assimétrica, mas que vise uma produção conjunta. Ao transgredirmos os métodos de conhecimento do colonizador faz-se necessário romper com a lógica da colonialidade da modernidade, seus frutos teóricos e suas bases filosóficas. No âmbito da produção de saberes se reproduzem de diferentes formas, sendo uma delas o monopólio da produção do conhecimento unicamente no seio de suas instituições modernas, para ir além desse paradigma é necessário um postura de uma “opção decolonial” (MIGNOLO, 2017) e um gesto de desobediência epistemológica de modo a criar novas categorias e novas práticas que levem em conta perspectivas trans-modernas como defende Dussel (GROSFÓGUEL, 2008).

Outra questão importante que se coloca diante dessas questões levantadas até aqui é: até que ponto é possível pensar a realidade brasileira a partir dessa perspectiva? pensar o caso específico do (pós)colonialismo e as marcas deixadas e reproduzidas até hoje em terras *tupiniquim*. O conhecimento sobre o social aqui produzido e circulado, apesar do esforço de se nomear teoria couberam rótulos de “pensamento” social brasileiro (BALESTRIN, 2013). É evidente que sua produção e circulação ainda estão moldadas dentro de um modelo de Universidade ocidentalizada *humboldtiana*, onde o cientista ou especialista se constitui enquanto sujeito de conhecimento transcendental kantiano, que supõe o alcance de um conhecimento objetivo. E que precisam ser urgentemente repensados para que seja dado lugar a ecologia de saberes que consiga de fato se desvencilhar do racionalismo cartesiano-newtoniano, ainda fortemente arraigado nas estruturas de conhecimento moderno colonial, racista, patriarcal, misógina e extrativista.

O grupo MC aponta caminhos possíveis e apesar de também representarem parte do problema ecoam vozes de diversas iniciativas decoloniais espalhadas pelo mundo que reivindicam outros mundos e pensamentos possíveis, como por exemplo os zapatistas em

Chiapas no México e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST). Quanto a indagação principal dessa pesquisa, é possível ao menos afirmar que os trabalhos de conclusão de curso da UFPE e da UFRPE abrem um horizonte de possibilidades para se repensar a complexa estrutura do conhecimento científico para além das influências e do legado teórico centradas numa perspectiva hegemonicamente euro-americana, onde novos temas e novos atores surjam confrontando o que ainda sustenta a legitimidade de um conhecimento deslocalizado e descorporificado.

Referências Bibliográficas

ALATAS, Syed Farid. (2003), "Academic dependency and the global division of labour in the social sciences". *Current Sociology*, 51(6):599-613.

ALCÂNTARA, Gabriela Cavalcanti de. (Orient. João Paulo Fernandes de Souza Allain Teixeira). Sobre corpos elimináveis: violência como controle social a partir da necropolítica. 2019. 45 f. TCC (graduação em Direito) - Faculdade de Direito do Recife - CCJ - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife, 2019

BALLESTRIN, Luciana. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de ciência política*, (11), 89-117.

BARBOSA, Aldenira Lacerda da Silva. (Orient. Jean Paul de D'Antony Costa da Silva). Reflexões ideológicas coloniais e pós-coloniais em contraponto com o feminismo. 2018. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Serra Talhada, 2018.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOQUEL Ramón. “Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico” In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. pp. 9-23. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores. 2007

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *La hybris Del punto cero. Ciencia, razón e Ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)*. Bogotá: Centro Editorial Javeriano, Instituto Pensar. 2005

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Soc. estado.*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 51-73, Apr. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100051&lng=en&nrm=iso>. acessado em 11 Maio de 2021.

ESCOBAR, Arturo. *Mundos y conocimientos de outro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano*. *Tabula rasa*, n. 1, p. 51-86, 2003.

FONSECA, Gisely Capitulino da. (Orient. Gustavo Acioli). O eurocentrismo e os desafios à efetivação da Lei 10.639/03 no âmbito escolar. 2019. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Licenciatura em História) - Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

GROSGUÉL, Ramón, “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”, in: Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, 2008, p. 115-147.

LIMA, Renata Feitosa de. (Orient. Kleyton Ricardo Wanderley Pereira). Templo de muitos deuses: estratégias de sobrevivência feminina ao colonialismo e patriarcado. 2019. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Serra Talhada, 2019.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis, v. 10, n. SPE, p. 37-45, 2007.

MALDONADO-TORRES, Nelson (2007). “Sobre la colonialidade do ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”, en CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGUÉL, Ramon (coords.) El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

MELLO, Gabriel Benício de. (Orient. Paulo Afonso Barbosa de Lima e Coorient. Maria Iraê de Souza Corrêa). Rumo à Ilha Esmeralda: a nova onda migratória do Brasil. 2019. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, 2017.

_____. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p. 71-103, 2005.

_____. Desafios decoloniais hoje. Revista Epistemologias do Sul, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

_____. La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial. Gedisa Editorial SA, 2007.

MORAES, Alex Martins et al. Pensamento descolonial e práticas acadêmicas dissidentes.

OLIVEIRA, Irlani Ramos de. (Orient. Kleyton Ricardo Wanderley Pereira). Uma busca pela identidade em à sombra do Oká de Olinda Beja. 2019. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Serra Talhada, 2019.

OLIVEIRA, Jenner de Melo. (Orient. Francisco Ivo Dantas Cavalcanti). Análise comparada da tutela constitucional dos índios na Constituição Federal de 1988 e dos povos originários camponeses na Constituição boliviana de 2009. 2019. 52 f. TCC(graduação em Direito) -

Faculdade de Direito do Recife - CCJ - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife, 2019

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (comp.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. 'Americanity as a 'Concept, or the Americas in the Modern World. *International social science journal*, v. 44, n. 4, p. 549-557, 1992.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. MASP Aftall. Amanda Carneiro (Org.). Tradução de Sérgio Molina e Rubia Goldoni. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 2019.

SILVA, Maria Eduarda da. Uma caravela aporta no canavial? O "novo" desenvolvimentismo na zona da mata norte de Pernambuco à luz das teorias decoloniais. (Orient. Maurício Sardá de Faria e Coorient. Júlia Figueredo Benzaquen). 2019. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

SOUZA, Raylan Francescoli dos Santos. (Orient. Maria Lúcia Barbosa). A decolonialidade negra frente às crises das democracias na América Latina. 2019. 62 f. TCC(graduação em Direito) - Faculdade de Direito do Recife - CCJ - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel et al. Para abrir as ciências sociais. Lisboa: Europa-América, 1996.

WACQUANT, Loïc. Punishing the poor: The neoliberal government of social insecurity. duke university Press, 2009.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. *Nómadas (Col)*, n. 26, p. 102-113, 2007.